

**Nº 64**

---

**PNAD 2009 – Primeiras Análises:  
Tendências Demográficas**

13 de outubro de 2010

**Governo Federal**  
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da**  
**Presidência da República**  
**Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**

Pérsio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas 100 do **Ipea**.

## 1. Introdução

O presente Comunicado<sup>1</sup> dá continuidade à série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), e avalia o tema da demografia. Os resultados confirmam a tendência demográfica em curso no País desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da população e mudanças expressivas em sua estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento.

A população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento no período 1950-1970: em torno de 3,0% ao ano.<sup>2</sup> A partir daí, essas taxas passaram a experimentar forte declínio, como resultado de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 1960. Tal redução mais do que compensou a queda da mortalidade em curso, verificada no País desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Estima-se para esta década uma taxa média de crescimento da população de 0,9% ao ano, menos de um terço da observada para o período 1950-1970.

O envelhecimento significa uma alteração na proporção do contingente dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, mas passou a representar 11,4% em 2009. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 21,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos. Essa tendência irá se acentuar nas próximas décadas.

O presente trabalho incorpora os dados coletados pela PNAD 2009 nas análises previamente feitas sobre as tendências da dinâmica demográfica brasileira, especificamente no que diz respeito ao comportamento da fecundidade, e aponta algumas perspectivas futuras para a população brasileira.<sup>3</sup>

O Comunicado está organizado em sete partes, sendo a seção 1 esta introdução. A seção 2 apresenta o comportamento recente da dinâmica populacional e uma projeção populacional para o período 2000-2040; a seção 3 descreve as tendências recentes da

---

<sup>1</sup> A elaboração deste comunicado ficou a cargo da técnica de Planejamento e Pesquisa Ana Amélia Camarano e da bolsista PNPD Solange Kanso.

<sup>2</sup> Isto é, considerando-se o período para o qual existem dados. Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2009) e Ipea (2006, capítulo 2).

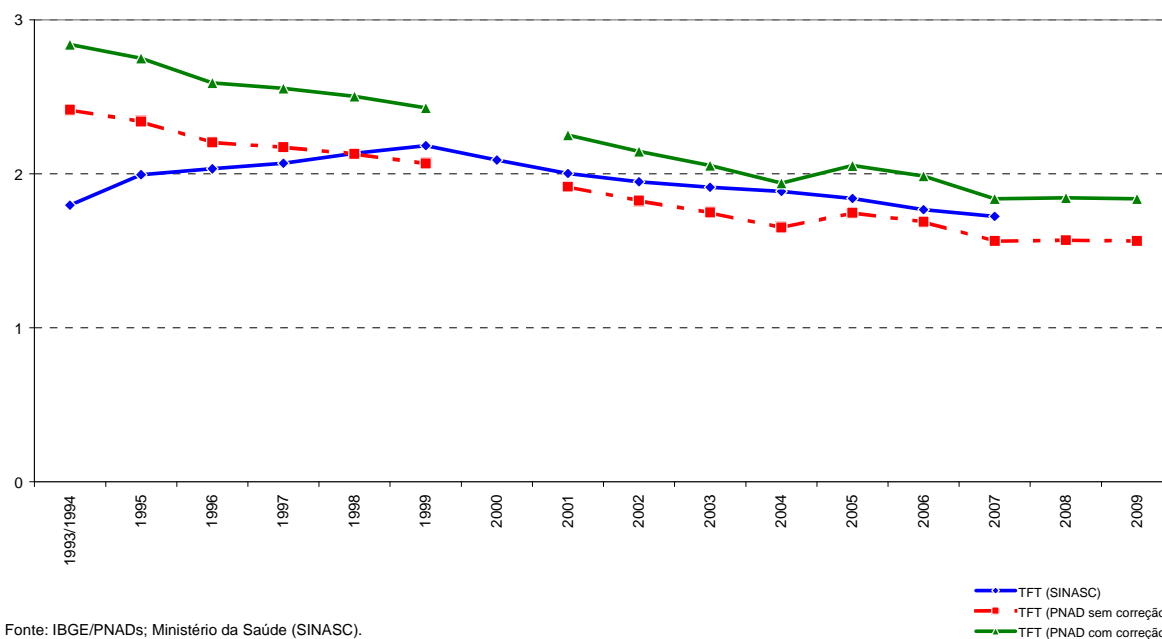
<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2009).

fecundidade; a parte 4 descreve o comportamento da fecundidade na adolescência; a seção 5 apresenta algumas mudanças nos arranjos familiares e no papel social da mulher; a seção 6 aponta algumas consequências do envelhecimento populacional; e, por fim, considerações sobre os resultados são tecidas na sétima seção.

## 2. Tendências da População Brasileira

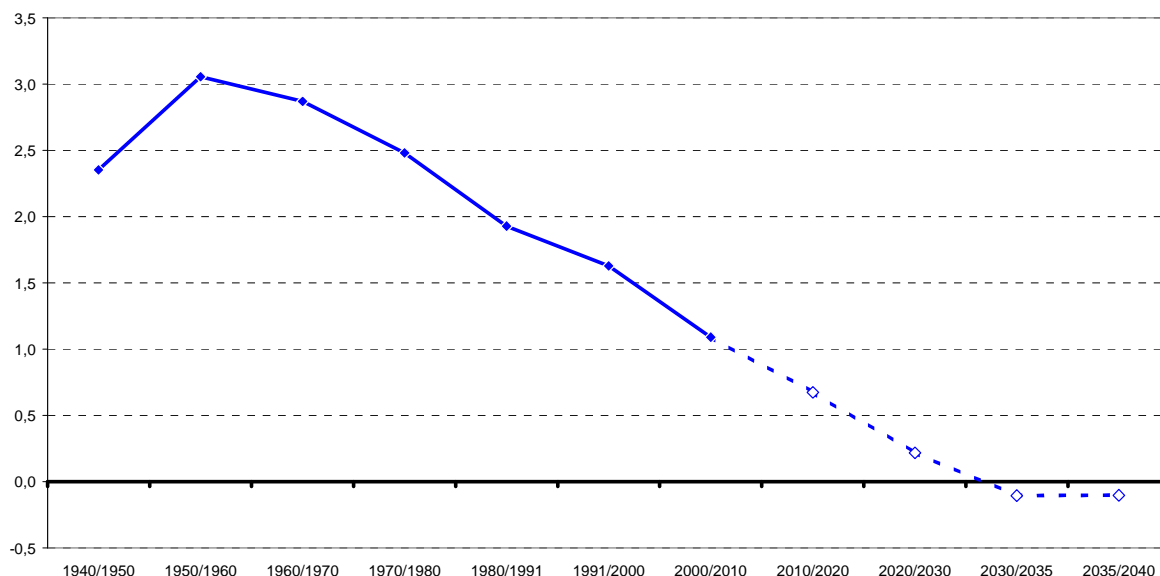
Os resultados da PNAD 2009 mostram a manutenção do valor da taxa de fecundidade total nos níveis observados em 2007 e 2008, que estão bem abaixo dos de reposição: 1,8 filho por mulher (gráfico 1). Dado que a metodologia para o cálculo da taxa de fecundidade pressupõe uma correção do erro do período de referencia nos dados coletados pela PNAD, correção esta que afeta os resultados obtidos, optou-se por apresentar, também no Gráfico 1, os dados sem correção. A tendência mostrada é a mesma nos dois casos. Incluiu-se também neste gráfico as taxas de fecundidade calculadas com os dados do Sistema de Registro de Nascimentos (SINASC), do Ministério da Saúde. Estas também apresentaram a mesma tendência mostrada pelos dados das PNADs. Comparando a taxa de fecundidade total em 2007, último ano que se tem informações do SINASC, observa-se que estas oscilam entre 1,6 e 1,8.

GRÁFICO 1  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL COMPARANDO DADOS DA PNAD E DO SINASC  
BRASIL



A queda mencionada na fecundidade iniciou-se na segunda metade dos anos 1960. Ela está resultando em uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças em sua estrutura etária. Esta poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma população superenvelhecida, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão etc. (Gráfico 2).

GRÁFICO 2  
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA  
1940 A 2040

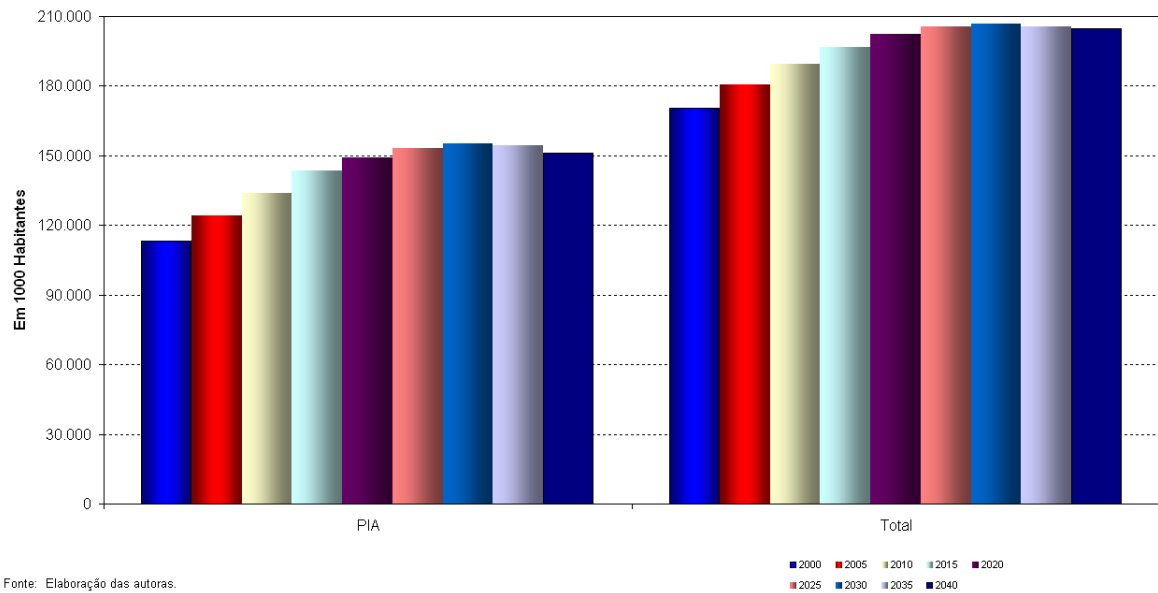


Fonte: IBGE/Censos Demográficos. Elaboração das autoras.

Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, projetou-se que a população brasileira poderá atingir o seu pico em 2030, com um contingente de aproximadamente 206,8 milhões de pessoas.<sup>4</sup> Espera-se para 2040 um contingente menor, 204,7 milhões (Gráfico 3). Esse contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI. Ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

<sup>4</sup> Para detalhes sobre a projeção mencionada, consulte Camarano e Kanso (2009).

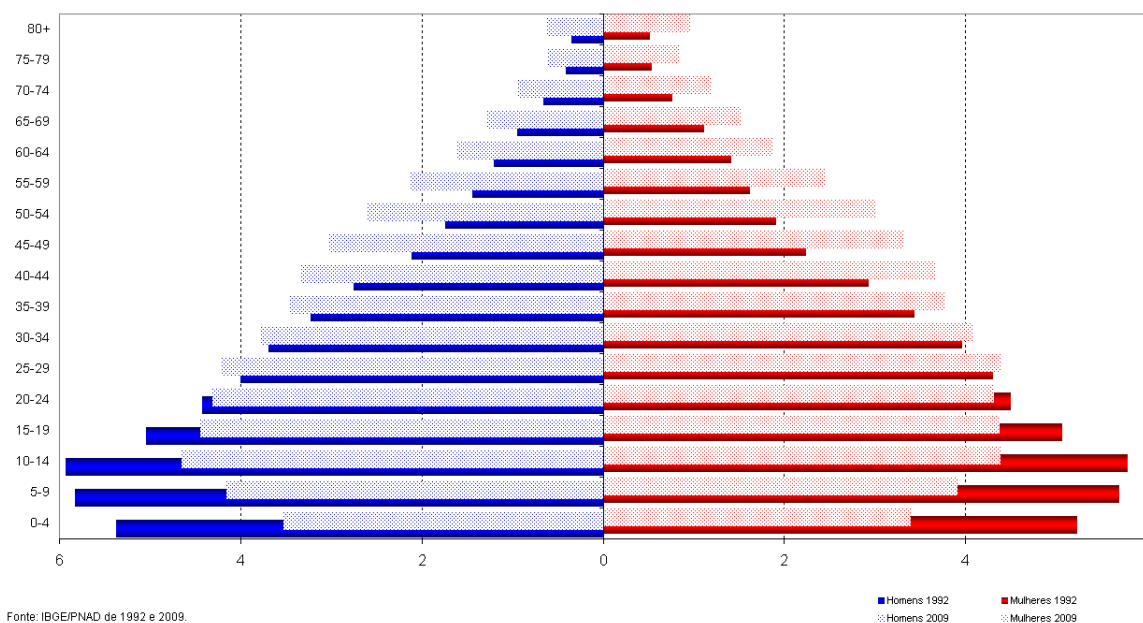
GRÁFICO 3  
POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA PROJETADA  
BRASIL, 2000 A 2040



A alta velocidade da queda da fecundidade e da mortalidade acarreta mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e, também, na distribuição etária e na oferta de força de trabalho, entre outras. A mudança mais importante ocorrida nos últimos anos foi o envelhecimento populacional, ou seja, uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Pode-se observar no Gráfico 4 que a população menor de 15 anos que fora responsável por 33,8% da população total, em 1992, passou a constituir 24,0% desta população, em 2009. Por outro lado, a população idosa, que respondia por 7,9% da população brasileira, passou a responder por 11,4%.<sup>5</sup> A População em Idade Ativa (PIA) também aumentou sua participação, tendo passado de 58,3% para 64,6%. Mas, também, envelheceu.

<sup>5</sup> Por população idosa considerou-se a população de 60 anos e mais, como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

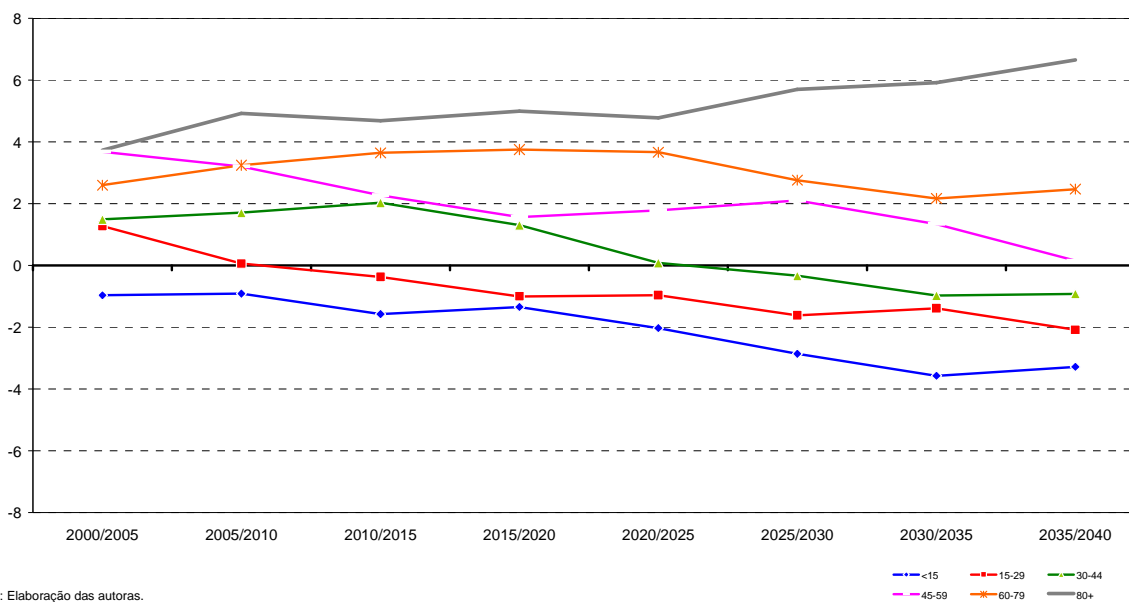
GRÁFICO 4  
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica em uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos e mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu. A sua participação na população brasileira passou de 0,9% para 1,6%, entre 1992 e 2009. Embora o percentual seja baixo, fala-se de 2,9 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso, pois este passa a incluir pessoas de 60 anos a mais de 100 anos de idade. Em termos de políticas públicas, pode-se esperar um aumento na demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde, além de requerer pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo.

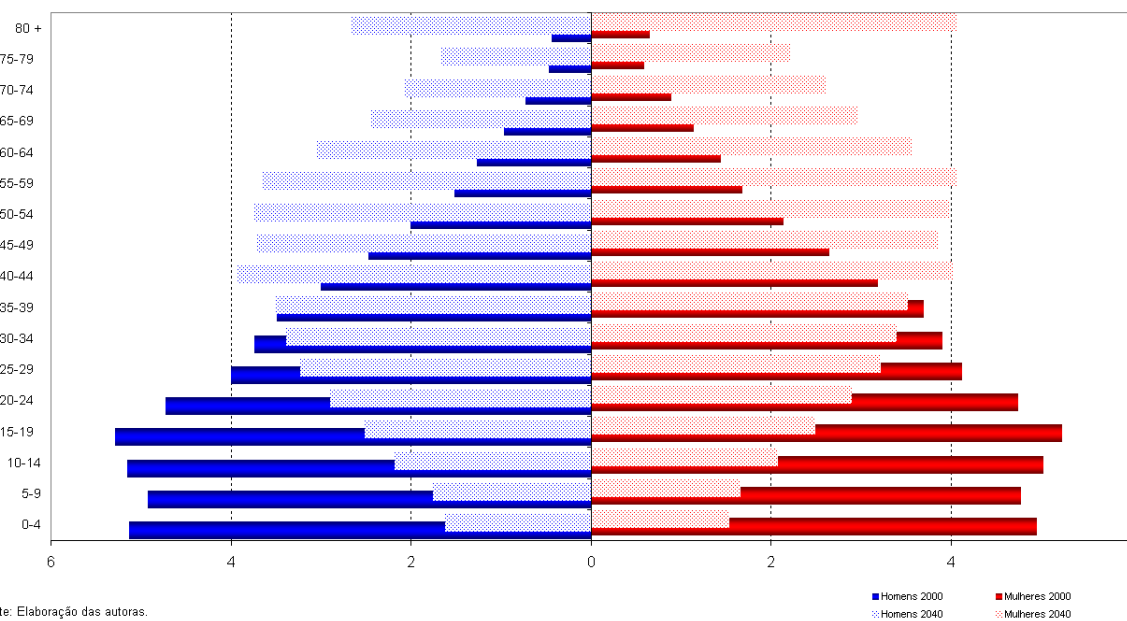
As perspectivas vislumbradas nessas projeções são de acelerado envelhecimento populacional, como mostrado no Gráfico 5. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento – aqueles com idade abaixo de 30 anos – e continuarão a vivenciá-las, assim como outros passarão a experimentá-las ao longo do período da projeção. A partir de 2030, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo serão os com idade superior a 45 anos (Gráfico 6).

GRÁFICO 5  
TAXA DE CRESCIMENTO POR GRUPO ETÁRIO  
BRASIL, 2000 A 2040



Fonte: Elaboração das autoras.

GRÁFICO 6  
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO  
BRASIL, 2000 E 2040



Fonte: Elaboração das autoras.

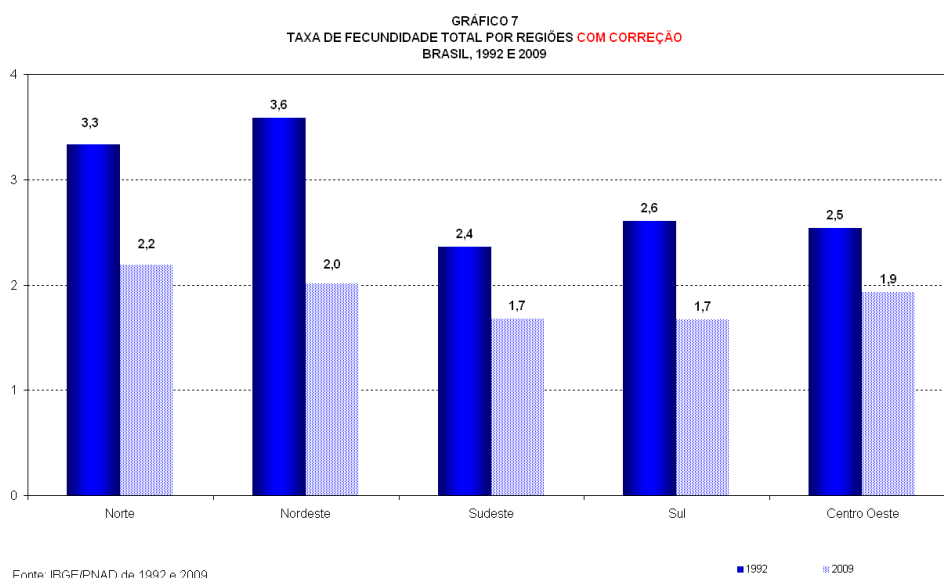
A PIA (aqueles com 15 anos e mais), como mostrado no Gráfico 3, também crescerá até 2030 e, a partir daí, deverá diminuir. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu seu pico em 2000 e espera-se que decline substancialmente a partir de 2010. Estima-se que a participação relativa da PIA adulta (30-44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2040, mas com acréscimo em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá experimentar um aumento tanto em valores absolutos quanto em



sua participação no total do segmento. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 56,3% da futura população em idade ativa.

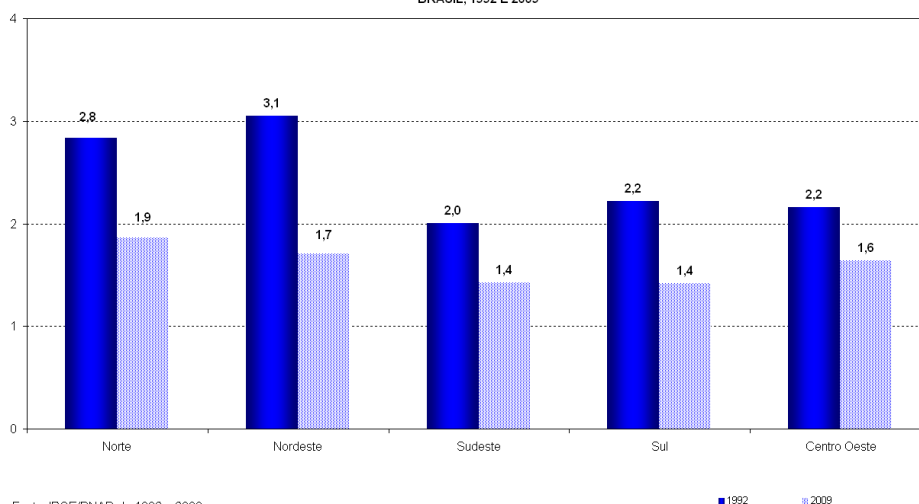
### 3. Desigualdades na Fecundidade

A fecundidade caiu em todas as regiões do País, em todos os grupos sociais, mas com ritmo diferenciado. O primeiro diferencial considerado foi aquele por regiões, como mostra o Gráfico 7.<sup>6</sup> Este compara a taxa de fecundidade total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2009. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2009, na região Norte. No entanto, embora nesta região se verifique a taxa mais alta, ela já atingiu um valor muito próximo ao de reposição (2,2). Nos dois anos, as taxas mais baixas foram observadas nas regiões Sudeste e Sul, sendo que em 2009 o valor alcançado foi de 1,7 filho. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filho a mais que uma residente na região Sudeste. Esse diferencial caiu para 0,3 filho em 2009. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,5. Resumindo, pode-se dizer que a fecundidade de todas as regiões brasileiras já atingiu os níveis de reposição. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.



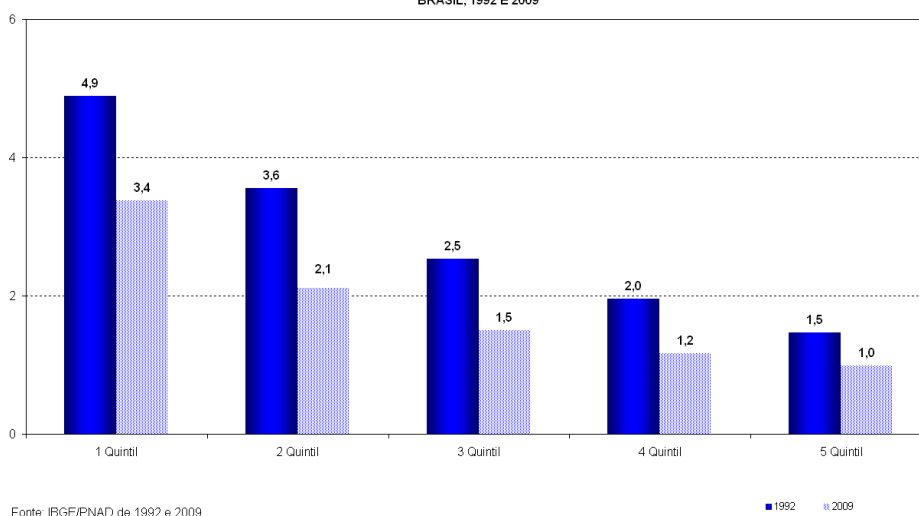
<sup>6</sup> O Gráfico 7A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 7A  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR REGIÕES SEM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



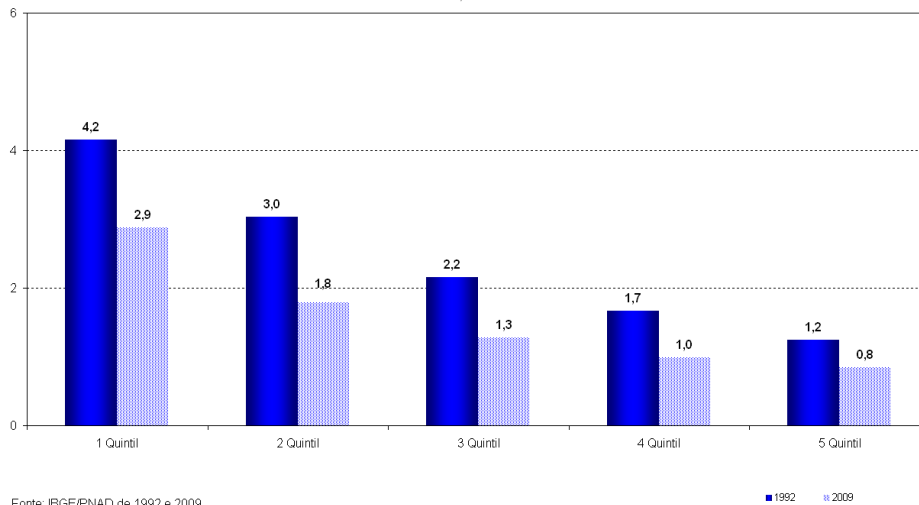
O segundo diferencial considerado foi por nível de renda familiar, como apresentado no Gráfico 8<sup>7</sup>. Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas esses diferenciais também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, era de 3,4 filhos a diferença entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial caiu para 2,4 filhos em 2009. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, mais baixas que as de países como Itália, Espanha e Japão (1,0 filho por mulher). Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

GRÁFICO 8  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR QUINTIL DE RENDA COM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



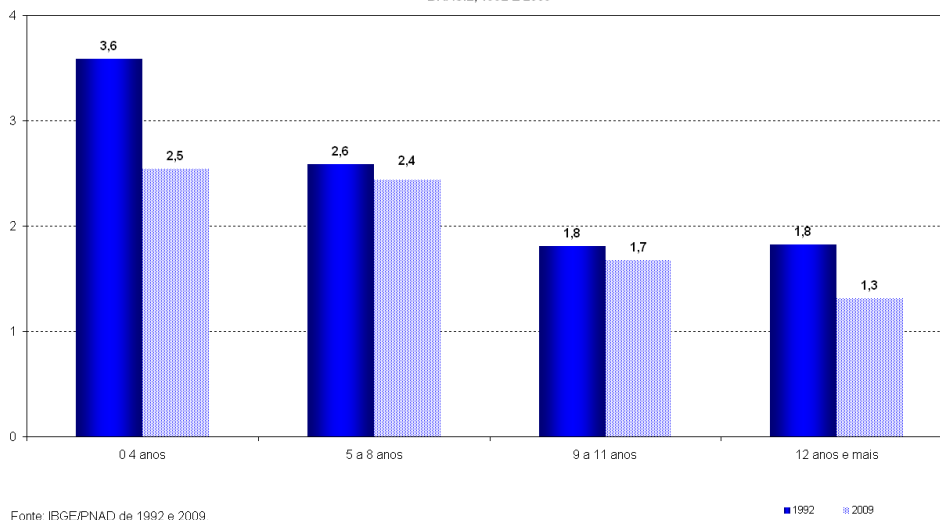
<sup>7</sup> O Gráfico 8A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 8A  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR QUINTIL DE RENDA SEM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



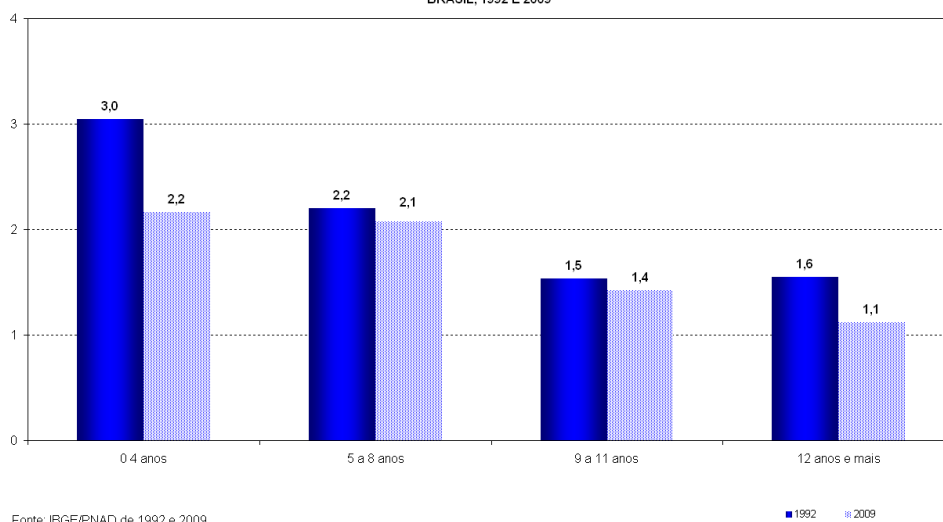
O último diferencial considerado foi por anos de estudo. Como no caso da renda, maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade mais baixa, o que está demonstrado no gráfico 9<sup>8</sup>. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos considerados. Em 1992, uma mulher com nível de educação mais baixo tinha 1,8 filho a mais que aquelas com escolaridade mais alta. Em 2009, esse diferencial se reduziu para 1,3 filho. A maior redução foi observada entre as mulheres com a mais alta e a mais baixa escolaridade. A fecundidade destas atingiu valores iguais aos das de renda mais alta, 1,0 filho por mulher. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

GRÁFICO 9  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR ANOS DE ESTUDO COM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



<sup>8</sup> O Gráfico 9A apresenta as mesmas taxas sem correção.

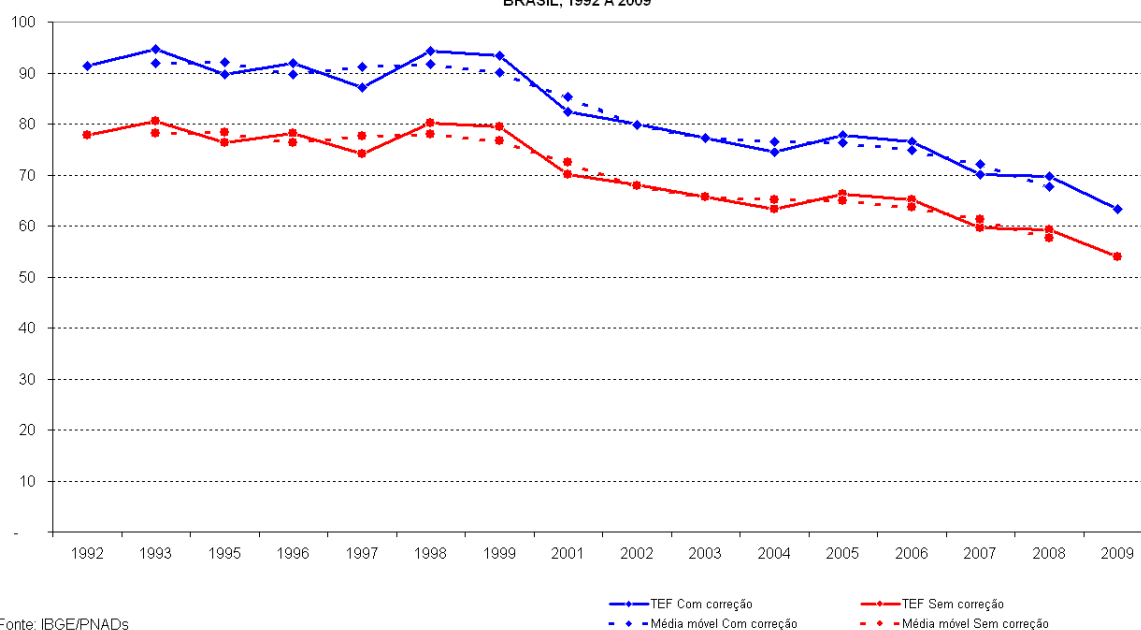
GRÁFICO 9A  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR ANOS DE ESTUDO SEM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



#### 4. A Fecundidade na Adolescência

A queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idade, inclusive entre as mulheres de 15 a 19 anos considerando-se todo o período. Observou-se um aumento da fecundidade desse grupo etário nos anos 1990. Desde 2000, esse processo foi revertido. Em 1992, para cada 1.000 mulheres de 15 a 19 anos, registrou-se 91 filhos nascidos vivos. Em 2009, esta taxa se reduziu para 63 filhos nascidos vivos por mil mulheres (Gráfico 10). O aumento da fecundidade na adolescência é uma das consequências das mudanças na família que serão discutidas posteriormente: a dissociação da sexualidade com o casamento.

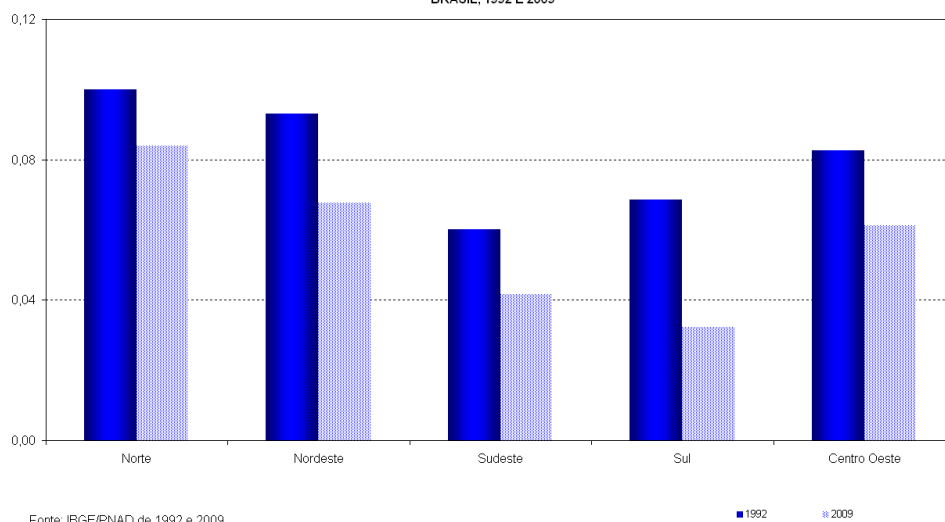
GRÁFICO 10  
TAXAS DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS  
BRASIL, 1992 A 2009



Fonte: IBGE/PNADs

A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do País, como se verifica no Gráfico 11, que compara 1992 e 2009<sup>9</sup>. Os maiores decréscimos foram observados nas regiões Sul e Nordeste. A fecundidade mais elevada foi observada na região Norte nos dois anos considerados. Em 1992, a taxa mais baixa foi observada na região Sudeste e, em 2009, na região Sul. O diferencial entre as regiões diminuiu no período considerado. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

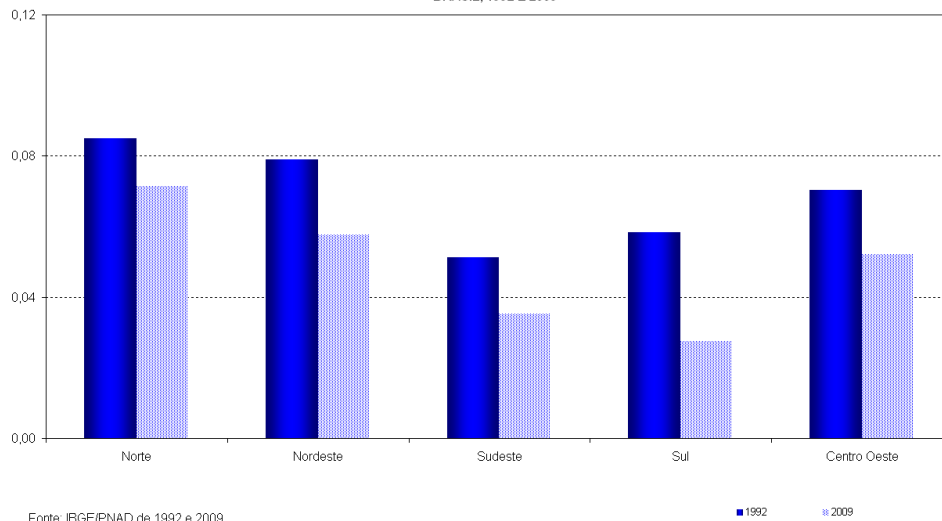
GRÁFICO 11  
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR REGIÕES COM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

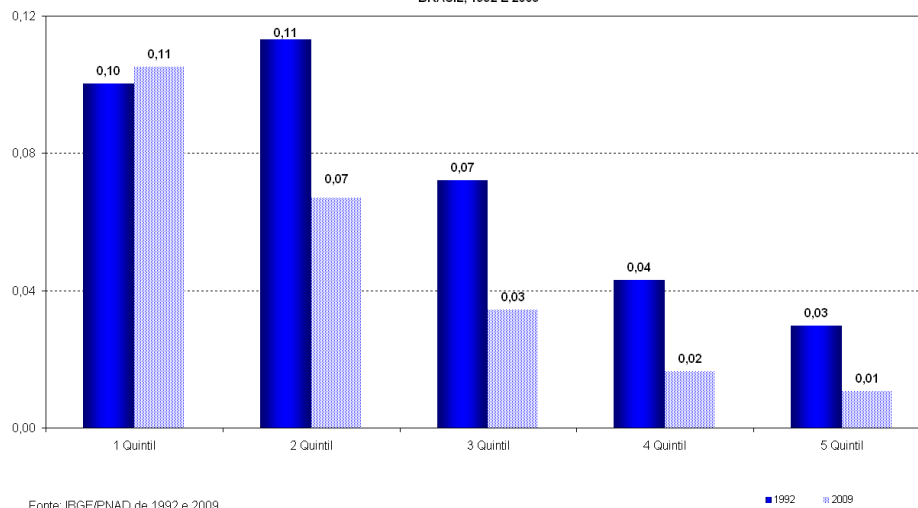
<sup>9</sup> O Gráfico 11A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 11A  
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR REGIÕES SEM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



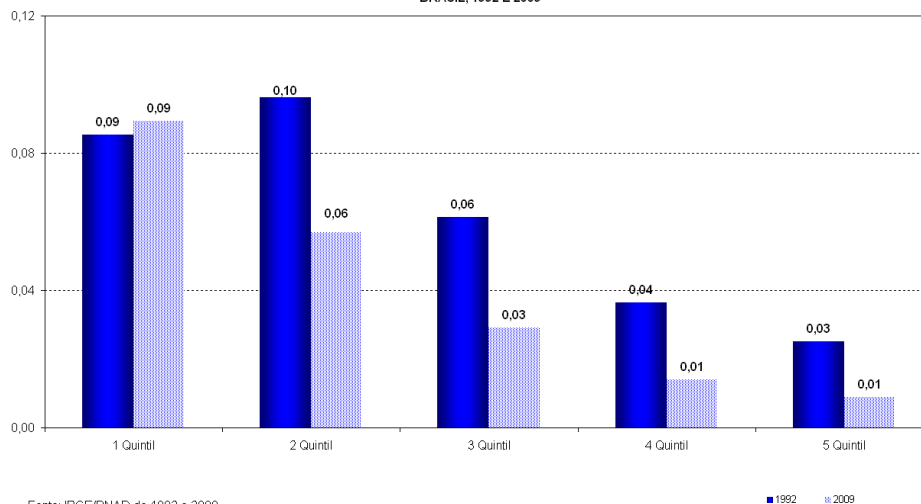
Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2009, como esperado, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens do quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as taxas do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todos os grupos de mulheres no período considerado, com exceção das do primeiro quintil, e os diferenciais por renda se ampliaram no tempo (gráficos 12 e 12A)<sup>10</sup>.

GRÁFICO 12  
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR QUINTIL DE RENDA COM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



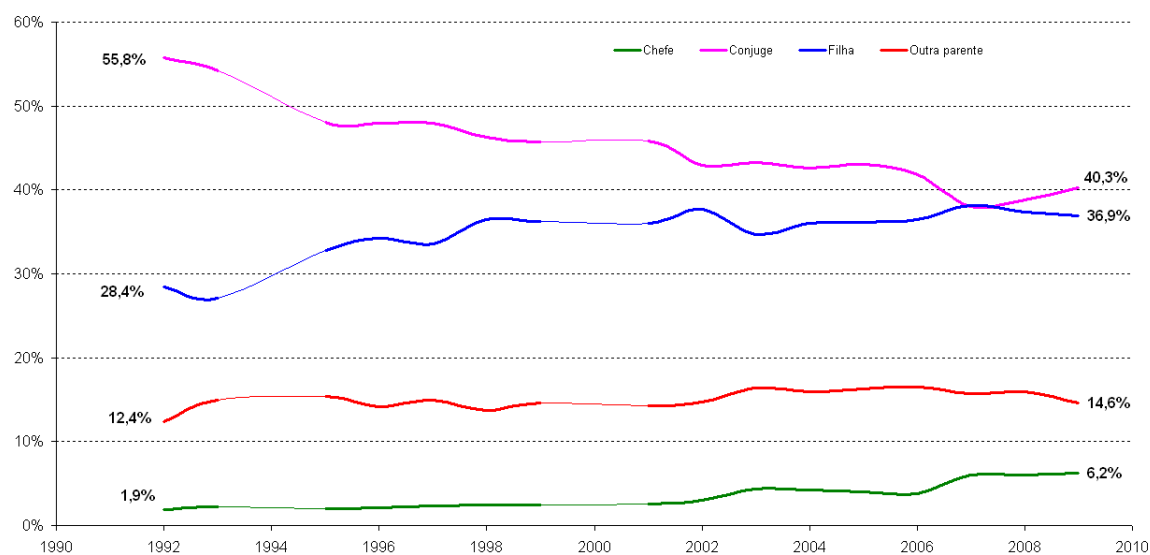
<sup>10</sup> O Gráfico 12A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 12A  
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR QUINTIL DE RENDA SEM CORREÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2009



Entre as adolescentes que tiveram filhos predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu predominantemente em uma união, seja como causa ou como consequência desta. Isso significa mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período, passou de 55,8% para 40,3%. Por outro lado, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentescos – netas. Nestas duas posições, estavam 51,5% das mães adolescentes. Ou seja, 443,7 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas é semelhante à de cônjuges em 2009. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias: esse número atingiu 6,2% em 2009, ou seja, 53,7 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias (Gráfico 13).

GRÁFICO 13  
 PROPORÇÃO DE MULHERES DE 15 A 19 ANOS QUE TIVERAM FILHOS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO  
 BRASIL, 1992 A 2009



Fonte: IBGE/PNADs.

## 5. Estruturas Familiares e o novo papel social da mulher

Segundo Lesthaeghe (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

- revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução;
- revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento;
- revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais: homem provedor *versus* mulher cuidadora.

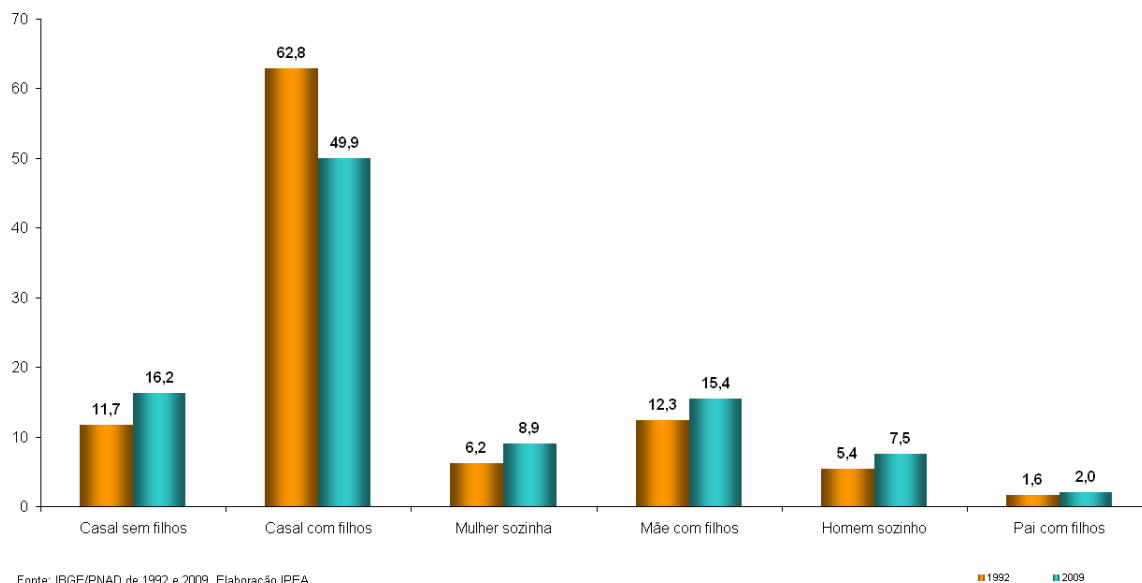
Essas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e também no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, o impacto da segunda e terceira revoluções mencionadas nos arranjos familiares à luz dos resultados da PNAD 2009.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas esta predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de arranjos em 1992 e passaram a constituir 49,9% em 2009, conforme mostra o Gráfico 14. Esse tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos dez anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal



com e sem filhos chefiados por mulher passou de 0,8%, em 1992, para 9,4%, em 2009. Neste ano, 4,3 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria.

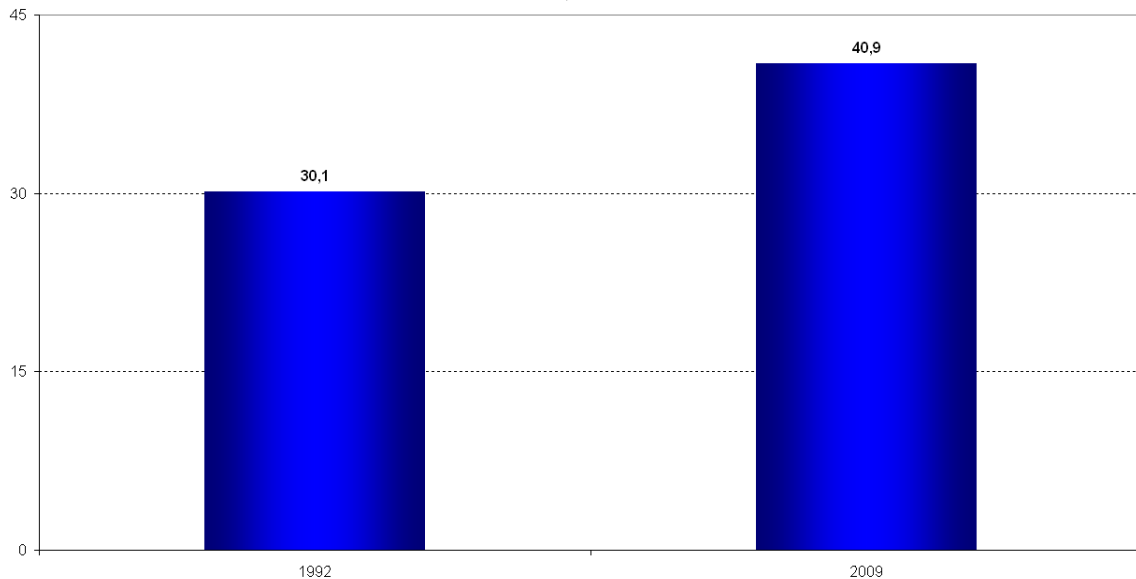
GRÁFICO 14  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIROS PELO TIPO DE ARRANJO



A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das famílias monoparentais (principalmente, as chefiadas por mulheres) e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais frequente era o de mãe com filhos, que também cresceu no período. Passou de 12,3% para 15,4%. No total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% para 7,5%. Ou seja, 4,4 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos. A sua proporção passou de 6,2%, em 1992, para 8,9%, em 2009, e significa 5,2 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Esta passou de 30,1% para 40,9% (Gráfico 15). Mais expressivo foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 65,8% no período.

GRÁFICO 15  
CONTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS MULHERES NA RENDA DAS FAMÍLIAS  
BRASIL, 1992 E 2009



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

Apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2009 foi de 89,9% e a de homens, 49,6%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas gastavam, em média, 21,8 horas semanais e os homens, 9,5.

Resumindo, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isso. Hoje, ela está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação no mercado de trabalho, mas ainda mantém os papéis tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes.

## 6. Algumas Consequências do Envelhecimento da População Brasileira

O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial. É resultado das taxas elevadas de crescimento, dada a alta fecundidade prevalente no passado, comparativamente à atual, e à redução da mortalidade nas idades avançadas. Isso se traduz no aumento do número absoluto e relativo de idosos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a População

Economicamente Ativa (PEA), no envelhecimento das famílias – crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso – e em mudanças nos arranjos familiares.

O processo de envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, suas consequências têm sido, em geral, vistas com preocupação, por impor desafios ao Estado, ao mercado e às famílias.

O envelhecimento é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que traz vulnerabilidades. Essas são diferenciadas por sexo, idade, grupo social, raças e regiões geográficas etc. É diferenciado, também, o momento – a idade – em que elas se iniciam. Assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade.

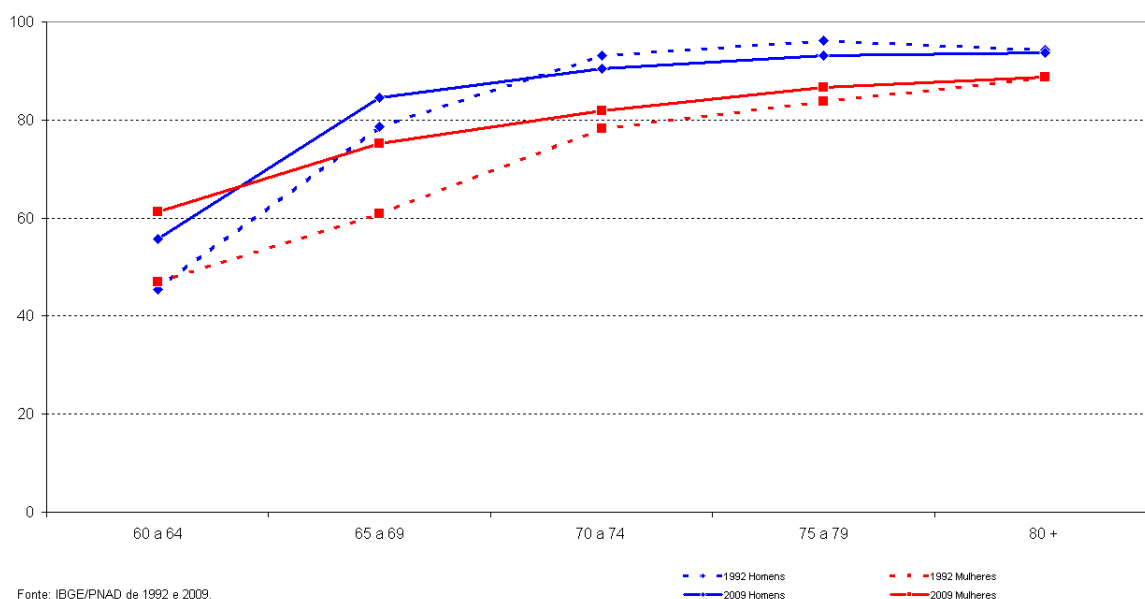
Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social –, saúde, cuidados de longa duração e a criação de um entorno favorável – habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc. O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação apontada pela literatura entre envelhecimento e pobreza.

Os benefícios da seguridade social – previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte – cobriam aproximadamente 77% da população idosa em 2009, ou seja, aproximadamente 16,6 milhões de idosos<sup>11</sup>. Esse percentual era aproximadamente igual entre homens e mulheres, 78,7% e 75,8%, respectivamente. Pode-se observar no Gráfico 16 um crescimento, entre 1992 e 2009, da proporção de beneficiários, que ocorreu, principalmente, entre os idosos mais jovens, 60 a 70 anos.

---

<sup>11</sup> Aqui estão considerados apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

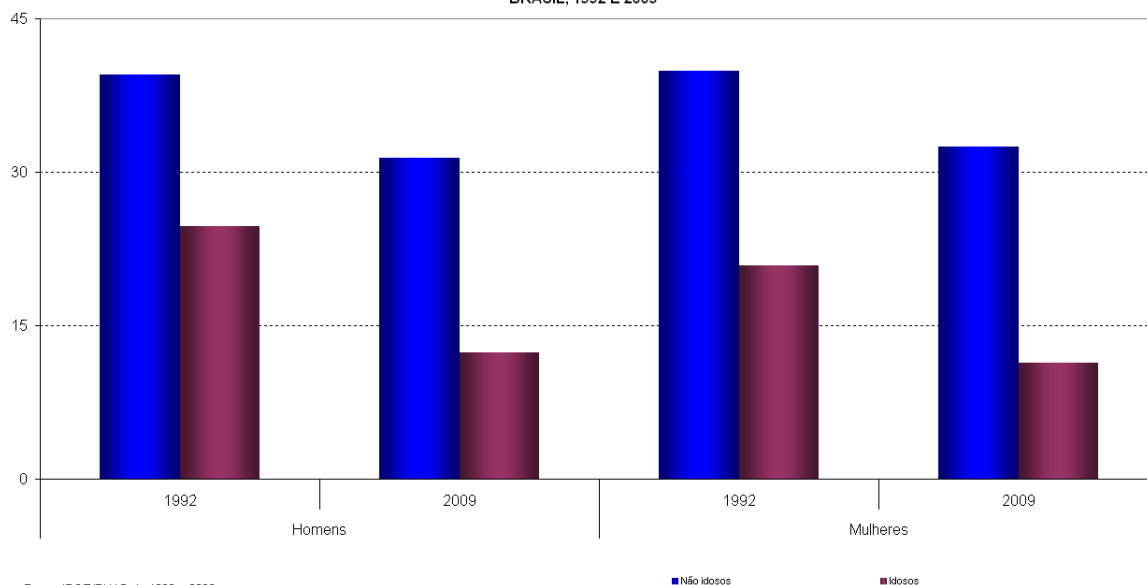
GRÁFICO 16  
 PROPORÇÃO DE IDOSOS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL POR IDADE E SEXO  
 BRASIL, 1992 E 2009



Como o piso para o benefício social estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) é de um salário mínimo, uma das consequências da ampliação da cobertura da seguridade social é uma proporção menor de pobres<sup>12</sup> entre os idosos comparativamente aos não idosos. O percentual de idosos pobres do sexo masculino experimentou uma forte redução: passou de 24,7%, em 1992, para 12,3%, em 2009. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em aproximadamente 10 pontos percentuais, ou seja, passou de 20,8% para 11,4% (Gráfico 17).

<sup>12</sup> Foi definido como pobreza as pessoas que residiam em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo.

GRÁFICO 17  
 PROPORÇÃO DE IDOSOS E NÃO IDOSOS POR SEXO QUE RESIDEM EM DOMÍCIOS  
 COM RENDA PER CAPITA MENOR OU IGUAL A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO  
 BRASIL, 1992 E 2009



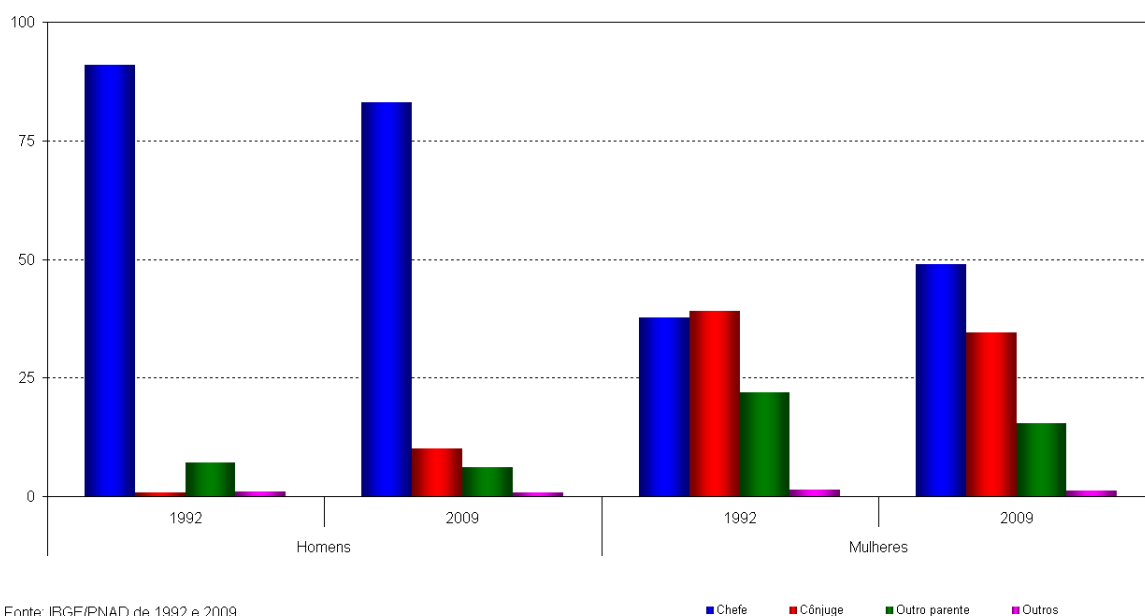
Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja originária da seguridade social, cuja contribuição tem aumentado ao longo do período considerado, o trabalho aporta também uma parcela expressiva de sua renda, em especial a dos homens: 32,6%. Para as mulheres a contribuição foi de 11,9%.

O trabalho para os idosos é importante não só pela renda que aporta, mas, também, como um indicador de autonomia e de integração social. Em 2009, entre os homens, 42,1% trabalhavam e, entre as mulheres, 18,6%. A baixa participação feminina no mercado de trabalho reflete a sua baixa participação quando mais jovens. Isso torna as mulheres idosas mais dependentes da renda da seguridade social e de outros membros da família.

As perspectivas colocadas para o médio prazo são a de um aumento na participação da população idosa nas atividades econômicas. Isso ocorrerá, em grande parte, devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, ocorrido a partir dos anos 1970. Por outro lado, o envelhecimento da população em idade ativa aliado às pressões no sistema previdenciário levam à necessidade de se manter o trabalhador na ativa o maior número de anos possível. Salienta-se que isso requer uma política de saúde ocupacional para diminuir as saídas do mercado de trabalho via aposentadoria por invalidez, a redução de preconceitos com relação ao trabalho dos idosos e capacitação para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas.

A melhoria na situação da renda dos idosos, bem como na de sua saúde/autonomia, acarretou mudanças na sua posição na família. O aumento na proporção de idosos e, principalmente, de mulheres idosas chefes de família ou cônjuges e a redução na proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes foi uma das mudanças importantes verificada no período 1992-2009. Isso aponta para uma redução da dependência dos idosos sobre as famílias. Essa mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois foram elas que apresentaram em 1992 a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. A chefia da família passou a ser o *status* predominante, também, das mulheres idosas (Gráfico 18).

GRÁFICO 18  
PROPORÇÃO DE IDOSOS BRASILEIROS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E SEXO



Em 2009, aproximadamente 13,8 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 57,3% eram homens. Dos 23,8% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 81,4% eram mulheres. Em aproximadamente 6,2 milhões de famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge, havia filhos adultos<sup>13</sup> residindo. Em 2,3 milhões de famílias, havia netos.<sup>14</sup> Nas famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge com filhos adultos, os idosos contribuíam com 54,8% da renda familiar. Ou seja, os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela

<sup>13</sup> Foi definido como filhos adultos aqueles com 21 anos ou mais.


<sup>14</sup> Foi definido como neto, crianças na posição no domicílio de “outros parentes” que tivessem até 14 anos de idade.

literatura. A grande maioria tem assumido o papel de provedor, mesmo dependendo de cuidados.

Por outro lado, 1,9 milhão de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Essas são pessoas que na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou falta de renda buscam ajuda com parentes. Entre esses, predominam as mulheres (76,0%), dado, provavelmente, ao fato de viverem mais, ficarem, portanto, viúvas e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Nas famílias com idosas morando na casa de filhos, genros ou outros parentes elas contribuem com aproximadamente 23,1% da renda familiar. São as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar e potenciais demandantes de uma política de cuidados – instituições de longa permanência, centros-dia, hospitais-dia e cuidado profissional domiciliar.

## **7. Considerações finais**

Em resumo, está claro que, para a primeira metade deste século, o movimento da população brasileira será o de rápida contração e de superenvelhecimento. Ela deverá atingir o seu ponto máximo nos próximos 20 anos, a despeito de se esperar, também, uma continuação da queda nos níveis de mortalidade. Isso só não ocorrerá se a fecundidade voltar a crescer. Esta mostrou ser uma variável muito importante na dinâmica de crescimento da população brasileira.



Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República